

SISTEMA FAEP



Mais cidadania no trânsito

Faz parte da missão do SENAR-PR preparar as pessoas do meio rural para o exercício da cidadania. Hoje um dos espaços em que mais somos testados nesse sentido é o trânsito. Excesso de velocidade, ultrapassagens proibidas, uso do celular ao volante e outros episódios semelhantes explicam por quê hoje a maioria dos acidentes fatais tem origem em falhas humanas, o que inclui imprudência, desatenção e negligência.

A causa é séria e merece atenção: a cada 15 minutos uma pessoa morre em acidentes de trânsito no Brasil. Para tentar mudar esse cenário, o SENAR-PR incluiu no currículo dos programas Aprendizagem de Adolescentes e Jovens (AAJ) e Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) conteúdos sobre educação no trânsito. A medida vai ao encontro das metas definidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de reduzir pela metade o número de acidentes fatais até 2030.

A missão é gigantesca. Para contribuir com o seu sucesso, o SENAR-PR promoveu uma atualização dos instrutores destes dois programas e reformulou o material didático para abarcar esse tema entre os conteúdos trabalhados junto ao público jovem.

Com isso, espera-se que, além de cidadãos mais responsáveis no trânsito enquanto pedestres e passageiros, os participantes destes dois programas do SENAR-PR estejam mais conscientes das suas responsabilidades no trânsito lá na frente, quando forem tirar a primeira carteira de habilitação.

sistemafaep.org.br

Vereadores quebram o regime de urgência de PL para autorização de acordo judicial

Marcilei Rossi

marcilei@diariodosudoeste.com.br

Na sessão dessa segunda-feira (27), o Legislativo de Pato Branco derrubou o regime de urgência do Projeto de Lei 30/2023 de autoria do Executivo, que chegou na Casa na quinta-feira (23), por meio da mensagem 19/2023, com o objetivo de autorizar o Município a firmar acordo judicial em ação cível que tramita na 1ª Vara Cível da Comarca de Pato Branco.

Em linhas gerais, a PL busca a autorização do Legislativo ao Executivo para firmar acordo judicial referente a ação movida pelos herdeiros de Asir Bortolini referente a área "invadida" pelo Município em 2006 quando da desapropriação de área para a construção da Vila Militar, quando "para dar início à referida divisão, o Município abriu estrada nas linhas de divisa entre a área desapropriada e as terras vizinha", descreve a mensagem do Executivo. O trecho em debate é a parte da rua Urbano Wittmann, no bairro Parque do Som, que não é pavimentada.

Ainda na mensagem está descrito que em 2010, os proprietários dos imóveis vizinhos contrataram um agrimensur, que fez levantamento topográfico onde foi constatado que o Município efetuou ocupação indevida de quase 11 mil metros quadrados.

No documento encaminhado pelo Executivo ainda consta a informação de que na quarta-feira (22), o Município esteve reunido com a Promotor da Justiça do Gru-



WAGNER MELLO/DIÁRIO DO SUDOESTE

Sem a aprovação do regime de urgência, PL vai tramitar na Câmara seguindo trâmite normal

po de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo (Gaema), Ivana Ostapiv Rigailo, onde foram apresentados os termos de acordo, com a manifestação favorável do Ministério Público do Paraná (MPPR) para a formalização.

Votação

Durante o debate do PL, Biruba cobrou mais informações por parte do Executivo com relação aos valores que deverão ser pagos para a família pela indenização pelo imóvel, o teor do acordo firmado com o MPPR. "É uma decisão judicial. A família entrou na Justiça, e ganhou na Justiça o direito. A Prefeitura de Pato Branco invadiu, então é uma decisão judicial, como é que eu vereador vou questionar uma decisão judicial? De maneira nenhuma. Mas eu quero entender quanto está sendo indenizado, qual é a área que está sendo indenizada, como entra nesta histó-

ria a rua Urbano Wittmann."

Bernardi afirmou que em o Legislativo autorizando o Executivo firmar o acordo judicial, o encaminhamento futuro deve ser para que o Município efetue a pavimentação do trecho que já foi motivo de ampla mobilização no passado, inclusive com intenção de pavimentação da gestão anterior, porém, sem possibilidade por se tratar de um bem privado.

O pedido de regime de urgência recebeu votos contrários dos vereadores: Claudemir Zanco - Biruba (PL), Eduardo Dala Costa (MDB), Januário Koslinki (PSDB), Maria Cristina Hamera (PV) e Romulo Faggion (União) e votos favoráveis de Dirceu Boaretto (Podemos), Joecir Bernardi (PSD), Lindomar Brandão (PP), Rafael Celestrin (PSD) e Rodrigo Correa - Chopim (Podemos), sendo desempatado pela presidente da Casa Thania Camiski (PP),

para que optou pela tramitação em caráter normal pelas comissões.

Acordo

O Centro do debate entre os vereadores favoráveis e contrários ao regime de urgência, o detalhamento do acordo judicial, também se estendendo a necessidade de pavimentação futura do trecho tão logo possível.

De acordo com a assessoria de imprensa da Prefeitura de Pato Branco, "essa operação não envolve valor. O Município vai receber a área a título de reserva municipal", o Diário do Sudoeste também buscou junto a assessoria o conteúdo do acordo judicial, em resposta o Jurídico do Município, via setor de imprensa, afirmou que "o acordo foi protocolado no processo, porém será necessário fazer alguns ajustes", ainda foi repassado que somente após estas alterações será possível disponibilizar o documento.

Projeto Assembleia Itinerante vai ouvir população no interior do estado

Assessoria

A Assembleia Legislativa do Paraná vai rodar os principais municípios do interior do Estado. Anunciado oficialmente nesta segunda-feira (27) pela Mesa Executiva, o projeto Assembleia Itinerante vai levar o trabalho do Legislativo para os grandes eventos populares do Paraná. O objetivo é aproximar cada vez mais os parlamentares da população, recebendo propostas, iniciativas, sugestões e demandas de todas as regiões paranaenses. O programa faz parte uma série de medidas administrativas voltadas ao

fortalecimento das políticas de transparência adotadas pelo Poder Legislativo, como a realização de concurso público, também anunciado nesta segunda-feira. As exposições agropecuárias de Londrina, em abril, e Maringá, em maio, serão as primeiras a receberem a proposta.

A ideia é que em cada mês do ano a sede do Legislativo seja transferida para feiras e festas dos grandes municípios do Estado, criando assim um canal direto entre a sociedade e o Legislativo. Com um espaço especial voltado para o trabalho da Assembleia, os

deputados receberão prefeitos, vereadores, lideranças, empresários, representantes do setor produtivo e a população. Durante a agenda de trabalho, serão distribuídos materiais informativos sobre as atividades legislativas.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ademar Traiano (PSD), explicou que o projeto vai servir para a aproximação entre a Assembleia e a população e o setor produtivo. "Na prática, vamos organizar reuniões com entidades representativas para que estes possam sugerir e apresentar propostas e ini-

ciativas das regiões. Queremos absorvê-las e fazer os encaminhamentos para a esfera governamental", disse. "Com o Assembleia Itinerante pretendemos interiorizar a Assembleia. Vamos iniciar por Londrina e na sequência passaremos pelas grandes cidades do Paraná. Além disso, temos vários Títulos de Cidadania Honorária para serem entregues. Vamos aproveitar para ouvir a sociedade e fazer a entrega destes títulos. São pessoas influentes do interior do Estado. Queremos estar mais perto da população", completou Traiano.



VAGAS EM PATO BRANCO

Auxiliar de limpeza
Auxiliar de linha de produção
Auxiliar de vidraceiro
Chapista de lanchonete
Cozinheiro geral
Mecânico de automóvel
Operador de empilhadeira
Servente de limpeza (Colégio)
Técnico de refrigeração
Vendedor interno

Os interessados devem comparecer na Agência do Trabalhador, Travessa Santo Cola, 102, Baixada

Proposta de reposição salarial dos servidores públicos começa a tramitar

ASSESSORIA CMPB



PL deverá passar por duas comissões da Casa

Marcilei Rossi

marcilei@diariodosudoeste.com.br

Para que os 3.129 servidores públicos municipais ativos, inativos do Regime Próprio de Previdência do Município de Pato Branco (Patoprev), funções gratificadas, cargos comissionados e membros do Conselho Tutelar tenham a reposição salarial paga já no início de abril, a Câmara de Vereadores de Pato Branco vai ter que apreciar com celeridade o Projeto de Lei 29/2023, protocolado pelo Executivo na quarta-feira (22). Desta forma, na sessão dessa segunda-feira (27), em meio a uma série de críticas com relação ao “tempo apertado” de apreciação do PL, os vereadores aprovaram o regime de urgência para que o mesmo tramite na Casa.

Assim, nos próximos dias, muito provavelmente duas sessões extraordinárias sejam realizadas para que os novos vencimentos dos servidores estejam aprovados antes do fechamento da folha de pagamento, no dia 31.

Reajuste

Divulgado em 10 de março, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que teve variação de 5,47%, é a base para a reposição anual. Ainda no projeto que foi encaminhado ao Legislativo, o Executivo pondera que a portaria do Ministério da Educação que estabeleceu o Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica em R\$ 4.420,55 o PL “também engloba a concessão de complementação da

reposição geral aos profissionais do magistério cujos vencimentos, mesmo com a reposição geral, não atinjam o piso nacional da categoria.”

Urgência

Claudemir Zanco - Biruba (PL), criticou o Município pela demora em encaminhar para o Legislativo a proposta de reposição salarial dos servidores, lembrando que o INPC foi divulgado na primeira quinzena e que o empregador era sabedor da data-base. “Regimentalmente o projeto deveria ter sido protocolado na terça-feira (21), até às 17h, [para começar a tramitar na sessão dessa segunda], é a regra, é a legislação que diz que tem que ter um tempo hábil para ser lido. (...) Temos que aprovar o projeto, sancionar a lei até às 19h de quinta-feira (30), para na sexta-feira (31) ir para a folha de pagamento”, lembrou o vereador destacando ainda que para entrar em votação, o PL vai ter que passar por duas comissões e que para cada sessão extraordinária é necessário o intervalo de 24 horas.

Líder do governo, o vereador Lindomar Brandão (PP) que atribuiu o atraso do Executivo de enviar o PL para a Casa de Leis “a uma demanda enorme neste mês de março”, pediu o apoio dos colegas não apenas em aprovar o regime de urgência (em votação na sessão de ontem), mas também do projeto enviado para a Casa, falando em “força-tarefa”, para uma ação que segundo ele é possível de ser feita pelos vereadores.

Brandão afirmou ainda que em não sendo possível

todos os trâmites legais, “a Prefeitura vai ter que providenciar o pagamento retroativo no próximo mês de abril”.

Rodrigo Correia - Chopim (Podemos), criticou a manifestação do Líder do governo com relação a demanda da Prefeitura em março. “Todos os meses tem uma grande demanda, só que o reajuste dos servidores está instituído por lei. Acho que isso não é desculpa dizer que teve uma grande de manda e em decorrência disso teve o atraso”. Ele cobrou “mais respeito” por parte da Administração Pública com relação aos servidores em relação a data-base e reposição salarial.

Nem mesmo Dirceu Boretto (Podemos) e Rafael Celestrin (PSD), pouparam críticas ao atraso do envio da mensagem do PL. Celestrin que é do partido do chefe do Executivo afirmou que desde o início de março vinha apontando a questão da data-base e questionava a chegada na Casa. “O índice saiu dia 10 de março, INPC, que traz o quantitativo de 5,47% para todo o servidor público, chegou na Casa dia 22. Realmente houve um atraso do Executivo, infelizmente”, ao mesmo tempo ele pediu celeridade aos colegas e relatou que na semana passada, em reunião na Prefeitura apresentou a proposta de uma folha complementar no mês de abril, caso a Casa não consiga cumprir com os prazos legais. A proposição de uma folha complementar também foi apresentada por Rodrigo Correia.

Executivo

Por meio da assessoria

de imprensa, o Executivo de Pato Branco ao ser questionado pelo Diário do Sudoeste quanto a justificativa em ter protocolado o Projeto de Lei do reajuste salarial dos servidores no limite do prazo legal, o que resultou na solicitação de regime de urgência lembrou a publicação do INPC em 10 de março afirmando ainda que “apenas após a publicação do INPC pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) foi possível que o Município pudesse realizar o cálculo do valor da reposição, bem como o estudo do impacto financeiro, para atender à Lei de Responsabilidade Fiscal. Para que todos os procedimentos legais sejam cumpridos, os quais tramitam por diferentes setores da Prefeitura Municipal, e considerando que o Município possui mais de 3 mil servidores públicos, há uma demanda de tempo que precisa ser observada.”

A nota também afirma que “o projeto encaminhado à Câmara de Vereadores prevê o pagamento retroativo da reposição anual, sendo que o pedido do regime de urgência fundamenta-se no interesse da Administração em realizar o repasse já na folha de pagamento do mês de março. Nesse sentido, caso não seja aprovado em tempo hábil para ser pago na folha do mês de março, poderá ser pago de forma retroativa no mês subsequente ao da sua aprovação.”

De acordo com o Município, somando a data base dos servidores mais a reposição do magistério o impacto nos cofres públicos deverá se aproximar de 2,96%.

PELO PARANÁ



Eleições 2026

O deputado estadual Alexandre Curi (PSD), primeiro secretário da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), afirmou que colocou o seu nome à disposição do partido para disputar cargos majoritários nas eleições de 2026. Segundo Curi, o governador Ratinho Júnior (PSD) destacou a importância para o PSD dos quatro cargos em disputa em 2026: governador, vice e duas vagas para o Senado Federal. “Por isso, pode ter certeza que vou colocar o meu nome” nessa corrida. Curi disse ainda que está sendo cobrado por prefeitos e vereadores por todo Estado para fazer um upgrade político e sair candidato nas majoritárias.

Mais quatro

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nomeou mais quatro diretores brasileiros para a Itaipu Binacional. Foram nomeados Renato Soares Sacramento, para o cargo de diretor técnico executivo; Luiz Fernando Ferreira Delazari, diretor jurídico; Iggor Gomes Rocha, diretor administrativo; e Carlos Carboni, diretor de Coordenação. O diretor-geral brasileiro, Enio José Verri, foi nomeado em 10 de março. O mandato dos cinco novos diretores vai até 16 de maio de 2027.

“100 Anos de Criatividade”

O escritor, publicitário, compositor, jornalista e presidente da Academia Paranaense de Letras (APL), Paulo Vítola, lança nesta terça-feira (28), às 19 horas, no Hotel Radisson, em Curitiba, o livro “100 Anos de Criatividade – Propaganda Paranaense 1921 – 2021”. É uma obra de 650 páginas que resgata a história da indústria publicitária no Paraná. A publicação celebra o aniversário de fundação da primeira agência de publicidade no Paraná.

Boa vontade

O governador Ratinho Júnior (PSD) esteve em Londrina na sexta-feira, na ocasião afirmou que disse que está bem perto do fim o debate sobre a nova concessão de rodovias no Paraná. “Eu acho que a gente está muito próximo de uma solução”. Segundo o governador, há “uma boa vontade do governo federal de resolver esta questão que é muito importante para o Estado”.

Restrição de circulação

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) informou que vai estender a restrição de circulação de veículos pesados no trecho entre Curitiba e Paranaguá (BR-277) e entre os estados do Paraná e Santa Catarina (BR-376) nos feriados da Semana Santa, Tiradentes, Dia do Trabalho e Corpus Christi.

Mercado externo

O Centro Internacional de Negócios da Federação das Indústrias do Paraná (CIN/PR) abre as capacitações em comércio exterior de 2023 com o tema “Drawback Como o benefício do Drawback permite a compra de insumos sem tributos e tornar seu produto mais competitivo no mercado externo”. O evento online acontece nos dias 11 e 12 de abril, das 14 às 17 horas, pela plataforma Microsoft Teams, com vagas limitadas. As inscrições já estão abertas e podem ser feitas no site da Fiep.

Turismo em ascensão

A Secretaria estadual do Turismo (Setu-PR) divulgou o levantamento com o número de visitantes nos principais atrativos turísticos do Estado nos últimos quatro anos. De maneira geral, os números confirmam a crescente retomada do setor no pós-pandemia. Em 2022, o Parque Nacional do Iguaçu foi novamente o principal atrativo do Paraná, com 1.434.308 visitantes. O número é 118% maior do que o registrado em 2021 (655 mil).

Turismo em ascensão II

“Foz é nosso principal destino de turistas estrangeiros, enquanto Curitiba atrai mais visitantes do Interior do Paraná e de estados vizinhos. Esse turismo interno reagiu mais rápido ao fim da pandemia. As pessoas optaram por viagens mais curtas, muitas vezes deslocando-se no próprio veículo. Somente agora o turismo internacional está voltando à normalidade”, analisa o secretário do Turismo, Marcio Nunes.